



Universidade de Coimbra
Faculdade de Direito

Handwritten signature and initials

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
E A ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, através do **Ius Gentium Conimbrigae**, e a Assembleia Nacional de Cabo Verde, interessadas em desenvolver a cooperação técnica e científica em áreas de interesse recíproco, tendo como base os tradicionais laços de cultura, amizade e solidariedade que fundamentam a convivência entre os povos português e cabo-verdiano;

Considerando o acolhimento particular que sucessivas gerações de cabo-verdianas e cabo-verdianos têm tido por parte da prestigiada Universidade de Coimbra;

Tendo presente a importância das relações entre os Parlamentos e as Instituições Científicas;

Conscientes da atenção particular que os processos democráticos, nomeadamente os dos países africanos de língua oficial portuguesa, vêm merecendo da parte da comunidade científica da Universidade de Coimbra;

Orientadas pelo firme propósito de reforçar a cooperação entre Portugal e Cabo Verde, valorizando o diálogo cultural e científico entre a sociedade portuguesa e a cabo-verdiana;

Imbuídas de uma vontade comum de contribuir para o desenvolvimento e a consolidação do Estado de Direito Democrático e a afirmação da cidadania e dos direitos humanos especialmente no espaço da CPLP;

Decidem, através do presente Protocolo, o seguinte:

Art. 1.º

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, através do **Ius Gentium Conimbrigae**, e a Assembleia Nacional de Cabo Verde, adiante designadas "as Partes", comprometem-se a promover a colaboração em matérias de interesse mútuo relativas ao Direito Constitucional, Direito Parlamentar e Direito Internacional Público, com destaque para os processos de integração regional e o Direito Internacional dos Direitos do Homem.



Universidade de Coimbra
Faculdade de Direito

2

Am. b
pl
J. P. M. L.

Art. 2.º

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, através do *Ius Gentium Conimbrigae*, disponibiliza-se a, mediante solicitação do Parlamento cabo-verdiano e acordo prévio, efectuar ou colaborar em estudos específicos de Direito nas áreas referidas no artigo anterior, bem como a participar em acções de formação de Deputados, designadamente em matérias de teoria e prática da legislação, de direitos humanos e controlo parlamentar.

Art. 3.º

As Partes comprometem-se a fomentar nas suas relações o diálogo cultural e técnico-científico mediante a realização, nas respectivas sedes, de conferências, mesas-redondas ou colóquios sobre temas de interesse académico e/ou parlamentar.

Art. 4.º

As Partes disponibilizam-se a promover a troca de informações relativas à edificação do Estado de Direito Democrático e a processos de reforma das instituições centrais do Poder Político e, para o efeito, decidem incentivar a cooperação, e eventual geminação, entre as estruturas de apoio técnico e documental da FDUC e do Parlamento cabo-verdiano.

Art. 5.º

A Assembleia Nacional de Cabo Verde declara-se disponível a acolher, em função das suas capacidades, académicos, técnicos e estudantes da Universidade de Coimbra para missões de estudo de curta duração.

Art. 6.º

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, através do *Ius Gentium Conimbrigae*, compromete-se igualmente a, em função das suas capacidades, acolher Deputados cabo-verdianos e técnicos em serviço no Parlamento, designadamente das áreas do Direito e das Relações Internacionais, para missões de estudo de curta duração e frequência de cursos ministrados por aquele instituto da Faculdade.

Art. 7.º

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, através do *Ius Gentium Conimbrigae*, compromete-se, na medida das suas possibilidades, a divulgar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da cooperação entre as Partes, nomeadamente, publicando, o resultado dos estudos e intercâmbios efectuados.



Universidade de Coimbra
Faculdade de Direito

3
for. do
1.º

Art. 8.º

O presente Protocolo entra em vigor no trigésimo dia posterior à data da sua assinatura, e será válido por dois anos e meio, prorrogáveis por igual período, salvo denúncia de uma das partes, por escrito, com a antecedência mínima de 90 dias após a data da sua expiração.

Feito em Coimbra, aos 19 dias Setembro de 2001

Pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,

For. Acad. de Coimbra

Pelo Ius Gentium Conimbrigae,

J. Gomes

Pela Assembleia Nacional de Cabo Verde,

Adelino